

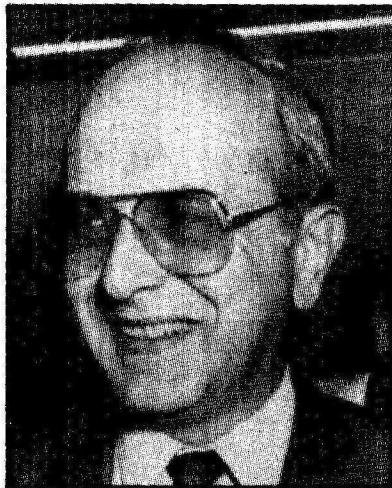
# FMI apóia revisão do acordo com credores

MARCELO NETTO e BETH CATALDO

BRASÍLIA — As propostas do Governo brasileiro de redução do volume de transferências líquidas de recursos para o exterior, com a alteração dos termos do acordo da dívida externa com os credores privados, são subscritas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). “É o mínimo que os bancos podem aceitar para facilitar o ajuste da economia brasileira”, assegurou o Chefe do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI, Thomas Reichmann, a um ministro da área econômica do Brasil, que o informou sobre as linhas básicas do novo programa econômico brasileiro.

A estratégia de convencimento dos bancos credores privados montada pela área econômica do Governo passa, fundamentalmente, pelo argumento de que é insustentável um programa econômico que venha a impor novos sacrifícios internos sem a contrapartida da restrição à transferência de recursos do País para o exterior.

O comitê assessor dos bancos privados foi informado, ainda em 1º de dezembro passado, pelo Secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, de que o Governo brasileiro lutaria por alterações no parâmetro de transferências de recursos, pela via da limitação ao superávit da balança



Reichmann: “É o mínimo a ser feito”

comercial. E que pretendia estabelecer restrições às operações de **relending** e de conversão da dívida externa em investimentos, pelo impacto monetário que acarretam.

Juros, conversão e **relending** compõem o trio básico de sustentação das propostas de alteração nos termos do acordo da dívida. A justificativa, no Ministério da Fazenda, é de que as condições em que o acordo foi negociado se alteraram nos últimos meses, impondo-se uma revisão formal ou informal de seus critérios. O caminho para se atingir esses objetivos é que se encontra em discussão no âmbito do Governo.